Tipo de Resumo Exbbbpandido

( ) Estudo de caso **(X)** relato de experiência **( )** pesquisa em andamento **( )** Pesquisa concluída

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA ESPECIALIZADA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA ALUNOS SURDOS NO ESTADO DO PARÁ.

Brenda Tainá da Silva Monteiro (IFPA) /monteirobrenda89@gmail.com[1]
Fernando do Nascimento Moller(IFPA)/fernando.moller@ifpa.edu.br[2]
Patrícia Mesquita dos Santos do Nascimento (IFPA)/patricianascimento.pn83@gmail.com[3]

Introdução

A cultura de ensinar é um reflexo do que sabemos, acreditamos ou, até mesmo, da maneira que o ensino nos foi transmitido. Diante disso, o ensino é uma filosofia de trabalho, princípios, pressupostos, ideias, mitos e crenças. Sendo assim, ele é a aprendizagem que nos é transmitida por um longo tempo de forma coletiva, mas isso não significa que essa cultura não possa ser individualmente ressignificada. Tratando-se da pessoa surda dentro do contexto escolar, no ano de 1880, realizou-se o II Congresso Mundial de Surdos- Mudos em Milão, a fim de discutir o futuro da educação do surdo. Nele, estabeleceu-se o Método Oral como o mais apropriado para a educação dos surdos e defendeu-se que a visão oralista seria fator

---

[1] Brenda Tainá da Silva Monteiro graduada em Artes Visuais pela Universidade da Amazônia - UNAMA (2021). Tem experiência na área de Artes (Licenciatura). Ingressante no curso de Especialização em Linguagem e Arte na Formação Docente do IFPA E-mail: monteirobrenda89@gmail.com. http://lattes.cnpq.br/8410069241252837

[2] Mestre em Letras (área de concentração: Estudos Literários) pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Educação e graduado em Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Português e Inglês pela Escola Superior Madre Celeste (2007). Atualmente é professor Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em ensino de Língua Portuguesa, Didática e Praticas de Ensino de Literatura e Literatura Luso-brasileira. Email: fernando.moller@ifpa.edu.br:http://lattes.cnpq.br/8147423181165898//https//orcid.org/0000-0002-4721-3287

[3] Especialista em Docência no Ensino de Libras pela Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ). Graduada em Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação. Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (IFPA). Ingressante no curso de Especialização em Linguagem e Arte na Formação Docente do IFPA. E-mail: patricianascimento.pn83@gmail.com https://lattes.cnpq.br/0902779620483140//lhttps://orcid.org/0000-0002-63684310

preponderante para que o surdo fosse integrado perfeitamente na sociedade. Mas essa visão ouvintista, com o passar dos anos, foi abolida e os surdos começaram a ser amparados por leis que respeitem sua especificidade. Esta pesquisa baseia-se especificamente em analisar como ocorre o processo de ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos dentro de uma escola especializada para surdos nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como perceber a metodologia de ensino da professora regente. Os autores que norteiam esta pesquisa são: Ronice Quadros (1997), Tereza Montoan (2003), Carina Cruz (2011) e Marconi Lakatos (2005). Utiliza-se de uma pesquisa bibliográfica e da documentação direta. O levantamento de dados ocorreu em uma escola especializada para surdos na região de Belém do Pará e a observação é vista como não-participante, pois observa-se e presencia-se os fatos no ambiente, porém não atua como agente ativo no processo.

Objetivo(s):

Investigar como os professores das séries iniciais do ensino fundamental aplicam o ensino de Língua Portuguesa (LP) como segunda Língua (L2) para o aluno surdo em uma escola especializada no Estado do Pará.

Objetivo específico (s):

Observar a metodologia de ensino aplicada pela professora regente ao aluno surdo dentro do ambiente de uma escola especializada que tem Libras como a Língua Materna (L1) e LP como L2 adaptada à sua especificidade.

Perceber por meio da observação se esse aluno está tendo contato com a estrutura da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou com o Português Sinalizado (PS).

Metodologia:

A pesquisa é de cunho bibliográfico e baseia-se em relatos de experiência com a aplicação de documentação direta. O levantamento dos dados foi coletado em uma escola especializada para surdos, mediante a observação não-participante, pois observa-se e presencia-se os fatos no ambiente, porém não atua como agente ativo no processo. (LAKATOS, 2005)

Além disso, para a análise dos dados, utilizou-se dos conteúdos postos na lousa pela professora, seu posicionamento dentro da sala de aula e a maneira de explicar esses conteúdos. Os sujeitos deste estudo consistem na professora e seus alunos. A escolha da entrevista foi a não-estruturada, pois nos permite a liberdade de fazer questionamentos de maneira informal relacionados aos conteúdos de Língua Portuguesa ministrados. “Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.” (LAKATOS; MARKONI, 2005)

Ademais, todos os participantes foram previamente informados sobre as finalidades e procedimentos da pesquisa. Para os alunos menores de 18 anos, esse consentimento foi realizado através de um termo de consentimento voluntário direcionado aos responsáveis. As coletas de dados foram realizadas por meio de registro de foto, diário de campo, filmagens e gravação de voz.

Resultados e Discussão:

Segundo Salles (2004), a aquisição da linguagem é o processo pelo qual a criança aprende sua Língua Materna (L1). É um processo universal, rápido e essa universalidade corresponde ao fato de que, em condições normais, todas as crianças adquirem uma língua natural (SALLES, 2004, p.73). Para a criança surda, esse processo só será possível logo na primeira idade se ela for nascida de pais surdos e eles utilizarem-se da língua de sinais para a comunicação, mas como a maioria dos surdos são filhos de pais ouvintes, esse processo se torna bem tardio. No entanto, a pessoa surda devia ter a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como L1 introduzida desde a infância, porém no Brasil 96% dos surdos são filhos de pais

ouvintes, ou seja, não aprendem nem a Libras, nem a LP. Por esse motivo, é perceptível a dificuldade no processo de aquisição da linguagem dentro do contexto escolar (SÁ, 2006).

Nesse sentido, a professora relatou em uma de suas aulas que alguns alunos têm mais facilidade do que outros em aprender. Segundo a sua justificativa, isso ocorre pelo seguinte fato: o aluno A é filho de pais professores e provavelmente recebem em casa os estímulos necessários para o seu desenvolvimento, corroborando o motivo pelo qual ele assimila melhor os conteúdos. Ela afirmou ainda em seu discurso que "os alunos têm déficit de compreensão e não conseguem discernir quais os fatores reais para tal problema, mas acredita-se que a surdez dificulta o processo cognitivo do aluno, mas não afeta o aprendizado se for estimulado de maneira eficaz, e que também eles esquecem com facilidade os conteúdos ensinados". Nessa ocasião, percebe-se uma contradição entre o seu posicionamento ao falar determinados assuntos e a prática em sala de aula.

Nesse contexto, podemos perceber claramente que o discurso, apesar de estar inserido na atualidade, remete a um posicionamento que vem desde tempos antigos, em que coloca o surdo em uma condição de inferioridade, apesar dos recentes discursos acerca das abordagens educacionais que tornam o surdo capaz. Vê-se ainda o pensamento de que a surdez é objeto de desmerecimento e que torna o surdo um indivíduo sem capacidades intelectuais.

No âmbito educacional e no quesito pertencimento, Leis que asseguram os direitos dos indivíduos surdos surgiram, como na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Capítulo IV, da Seção do Direito à Educação, no Artigo 28, inciso IV destaca a: "oferta de educação bilíngue, em Libras como L1 e na modalidade escrita a Língua Portuguesa como L2, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas". Por conseguinte, o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, reforça o ensino bilíngue e assegura o direito de que o aluno surdo tenha acesso à educação utilizando sua língua materna (Libras) e o ensino de LP como L2 na modalidade escrita. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006)

Em uma escola especializada, espera-se que sejam contemplados os quesitos primordiais para o ensino de determinada especificidade. Todavia, durante a aula de substantivo do gênero masculino e gênero feminino, ministrada pela professora pesquisada, percebe-se que mais uma vez a didática da professora não contemplou a especificidade da turma no quesito explanação do conteúdo, em que ela utiliza-se primeiramente da palavra e não da imagem, como deveria, e do sinal do nome e do gênero posteriormente. Por inúmeras vezes, esse aluno acertava as respostas das suas atividades por adivinhação.

Segundo Quadros, Schmiedt (2006) discorrem que existe três níveis de leituras. Sendo assim, entende-se que pode-se utilizar a mesma forma para o ensino de outros conteúdos em LP, são eles:

> 1-concreto-sinal: ler o sinal que refere coisas concretas, diretamente relacionada com a criança.
> 2- desenha-sinal: ler o sinal associado com o desenho que pode representar o objeto em si ou a forma da ação representada por meio do sinal.
> 3-desenho-palavra escrita: ler a palavra representada por meio do desenho relacionada com o objeto em si ou da ação representado por meio do desenho na palavra.
> 4-alfabeto manual-sinal: estabelecer a relação entre o sinal e a palavra no português soletrada por meio do alfabeto manual.
> 5-alfabeto manual-palavra escrita: associar a palavra com o alfabeto manual.
> 6-palavra escrita no texto: ler a palavra no texto. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 43)

Logo, a tríade (imagem + sinal + palavra) confirma a literatura descrita acima como sendo a mais correta na maneira de ensinar ao surdo a LP como L2.

Para Fernandes (2006), a aprendizagem de língua portuguesa pelos alunos surdos decorre do significado de que ela só poderá ser reconhecida por intermédio da Língua de

Sinais. Assim, conclui que o letramento da Língua Portuguesa atrela-se à constituição de sentido na língua de sinais, lembrando que isso decorre de processos simbólicos visuais e não auditivos.

A Lei n° 14.191, de 3 de agosto de 2021, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. A referida lei versa sobre:

> Art. 60-A Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.
> § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.
> § 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

Considerando todas essas garantias legais, que a escola é um lugar para todos, a partir dela se formam cidadãos críticos e conhecedores dos seus diretos e deveres, e que o aluno com necessidades especiais tem seu espaço garantido por lei, percebe-se que a contextualização referente a esse atendimento especializado ainda é uma utopia.

Mantoan (2003) diz que é de suma importância posicionar o trabalho educacional em meio às necessidades de inovações que perpassa o ensino brasileiro. É indisputável que os velhos paradigmas do mundo moderno estão sendo discutíveis e que a matéria-prima da educação está se readaptando a uma nova estrutura organizacional, como propõe a educação inclusiva.

Nota-se que a professora não se utiliza de Libras sempre. Na lousa a regente descreve todo o apontamento em Língua Portuguesa, mesmo em momentos onde pode-se usar a tríade. Em geral, o que se tem é um entendimento equivocado sobre o trabalho com alunos surdos e como eles são divulgados, pois observa-se que a escola, de uma maneira geral, trata o ensino no contraturno como um reforço escolar e não como ensino adaptado para as disciplinas no contexto das especificidades do surdo.

Logo, percebe-se que o processo de alfabetização na escola pesquisada é continuo, e por vezes lento, uma vez que os alunos não têm uma compreensão imediata do assunto. A professora precisa explicar novamente, sendo a didática da sala de aula diferente, pois ela não avança com o conteúdo até que todos tenham terminado de copiar. Durante os exercícios de algumas atividades propostas, notou-se que a aluna A e o aluno D eram sempre os últimos a concluírem, porém o aluno B e o aluno C as desenvolviam mais rapidamente. Dessa maneira, a professora sempre alegava que o motivo desses aprendizados diferenciados estava relacionado ao cognitivo, ausentando-se de qualquer responsabilidade de fazer-se entender em sala de aula.

Considerações finais

Durante a pesquisa nessa escola especializada para alunos surdos, o anseio de encontrar outra realidade era evidente, mas isso não foi possível.

Percebe-se que mesmo em uma escola especializada as lacunas de ensino ainda são enormes, porém o que encontramos foi o ensino de LP no modo tradicional. O estudo bibliográfico aponta que o ensino para os surdos precisa obedecer a uma tríade que, para ele, surtirá um efeito análogo comparado ao aluno ouvinte. Quando utiliza-se apenas da escrita, se tratando do aluno surdo, esse aprendizado não ocorre. É necessário apresentar para ele

primeiramente a imagem, depois o sinal a ela atribuída, para posteriormente a palavra (escrita), para que o ensino, não só de LP, mas também outras disciplinas.

Portanto, infelizmente, o que presenciamos não tem nada de inovador, ou seja, teoria e prática ainda estão em lados opostos e a escola especializada assemelha-se a escola regular de ensino, ou seja, a cultura de ensino ouvintista ainda está muito atrelada na escola especializada. A professora, objeto de estudo desta pesquisa, ainda deixa muito a desejar na questão de inclusão e respeito à especificidade do aluno surdo dentro de seu critério linguístico.

Sendo assim, conclui-se que é necessário que o profissional esteja com o olhar mais atento às suas práticas de ensino para que não seja omisso na docência. Não basta a escola ter um título de 'especializada', é necessário que a matéria humana esteja disposta as mudanças, com qualificações não só de título, mas de atitude.

Palavras-chave: Educação Bilíngue; Metodologia de Ensino; Aluno Surdo; Língua Materna

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

BRASIL, **LEI nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 25 Abril. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 08 maio de 2023.

BRASIL, **LEI nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL, **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei 10.436 de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 Dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 08 maio. 2023.

FERNANDES, S. MOREIRA, L.C**. Políticas de educação bilíngue para surdos**: ocontexto brasileiro. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n.2/2014

LAKATOS, MARCONI**. Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é?por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MOTA, Mailce Borges. **Aquisição de segunda língua.** Florianópolis: UFSC.2008.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura Poder e Educação de Surdos**. SãoPaulo: Paulinas, 2006.

SIQUEIRA, Giselli de Oliveira; NASCIMENTO, Patrícia Mesquita dos Santos. **O ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos na modalidade escrita**. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: IFPA. 2018.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de Surdos A aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Müller; CRUZ, Carina Rabello. Língua de sinais: **instrumentos de avaliação.** Porto Alegre: Artmed, 2011.